

# **BRASIL E A GUERRA DAS MALVINAS: UMA NEUTRALIDADE IMPERFEITA**

## *BRAZIL AND THE MALVINAS WAR: AN IMPERFECT NEUTRALITY*

**Camila Taís Ayala<sup>1</sup>**

**Isadora Bortowski Florisbal<sup>2</sup>**

**Luana de Meneses Borba<sup>3</sup>**

**Rafaela Oliveira Percheron Hoffmann<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

Neste artigo, almeja-se analisar a política externa brasileira durante a Guerra das Malvinas/Falklands (1982), examinando a atuação do Brasil neste período, seus impactos sobre o conflito e sobre as relações com ambos os países envolvidos na disputa das Ilhas. Oficialmente, o Brasil manteve uma posição de neutralidade durante a guerra. No entanto, historicamente, desde a tomada das ilhas pelos ingleses, em 1833, a posição brasileira foi de respaldo aos legítimos direitos da Argentina na disputa da soberania em relação às Ilhas. Assim, através da análise, percebe-se a posição do Brasil como uma neutralidade inclinada a Argentina. Além disso, alguns indícios colaboram com esta visão, como ajuda velada e omissão, nos casos de passagem de ajudas externas aos argentinos pelo território brasileiro, e a proibição de passagem das Forças Armadas britânicas.

**Palavras-chave:** Guerra das Malvinas; Falklands War; Política Externa Brasileira; Neutralidade Imperfeita; Conflito anglo-argentino.

### **ABSTRACT**

In this article, the aim is to analyze Brazilian foreign policy during the Malvinas/Falklands War (1982), examining the role played by Brazil in this period, its impacts on the conflict and on the relations with both countries involved in the dispute over the Islands. Officially, Brazil maintained a neutral position during the war. However, historically, since the capture of the islands by the British in 1833, the Brazilian position was in support of the legitimate rights of Argentina in the dispute over sovereignty in relation to the Islands. Thus, through the analysis, Brazil's position is perceived as a neutrality leaning towards Argentina. In addition, some indications contribute to this view, such as veiled aid and omission, in cases of passage of external aid to Argentines through Brazilian territory, and the prohibition of passage of the British Armed Forces.

**Keywords:** Falklands War; Falklands War; Brazilian foreign policy; Imperfect Neutrality; Anglo-Argentine conflict.

## **INTRODUÇÃO**

A invasão militar da Argentina nas Ilhas Malvinas, em abril de 1982, gerou grande tensão no cenário internacional. O Brasil, devido a sua tradição de política externa e interesses para com ambos os lados, optou, oficialmente, pela neutralidade a fim de tentar manter o bom relacionamento com ambos os países litigantes. Desta forma, o país passou a buscar alternativas de resolução pacífica de controvérsias, seja bilateralmente, seja multilateralmente.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Nesse sentido, uma análise a respeito da natureza, das motivações, dos interesses e dos objetivos da participação brasileira nesta crise envolvendo o Atlântico Sul se mostra de extrema relevância. Assim, a ênfase é dada às posições assumidas e aos papéis desempenhados pelo Brasil através de uma síntese histórica das ações adotadas pelo governo brasileiro.

Sendo assim, foram analisados documentos de fontes primárias e secundárias. As principais fontes primárias utilizadas foram os relatórios e resenhas de política exterior do Ministério das Relações Exteriores (MRE), além da resolução 502 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). As fontes secundárias utilizadas incluem artigos de revistas especializadas e notícias referente ao tema abordado.

Tais fontes possibilitaram a análise da atuação da política externa brasileira referente a ambos os lados do conflito anglo-argentino, além do levantamento dos interesses e intenções por parte do Brasil no que tange à Guerra das Malvinas/Falklands, considerando a tradição diplomática brasileira e os objetivos específicos desse momento histórico, como, por exemplo, a Questão Antártica.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

A Guerra das Malvinas foi o último conflito armado na América do Sul envolvendo uma potência extrarregional. O início da disputa pelas Malvinas começou muito tempo antes da efetiva guerra pelo território, remontando a sua descoberta em 1501 por Américo Vespúcio, a serviço de Portugal, segundo a versão oficial da história argentina (ARGENTINA, 2019). Já os ingleses afirmam que a ilha teria sido descoberta em 1592, por John Davis. No entanto, cabe ressaltar que as Malvinas já se encontravam em mapas da época desde 1529 (Rydjord, 1961). O território recebeu, posteriormente, expedições de diversos outros países, de relevância para esta pesquisa. Cabe destacar as espanholas, a partir de 1520, e as britânicas, iniciadas em 1594 (ARGENTINA, 2019).

A Inglaterra e França, em 1765, haviam estabelecido bases nas Malvinas, gerando conflito entre os dois países e a Espanha, a qual afirmava possuir direito ao território, com base nas bulas *Inter coetera* e *Dudum Siquidem*, de 1493. Em 1766, o governo espanhol comprou a parte francesa e, em seguida, iniciaram uma guerra com os britânicos, a qual culminou no abandono das bases pela Inglaterra, em 1774, e na posse oficial espanhola da ilha, até 1811, quando, devido às invasões napoleônicas, o território foi despovoado. Posteriormente, com a independência da Argentina, o novo país assumiu a posse das ilhas em 1816.

Entretanto, em 1831, três baleeiros estadunidenses foram presos nas Malvinas, pois, segundo a Argentina, haviam rompido uma proibição de caça a focas, levando à invasão das ilhas pelos Estados Unidos, causando a destruição dos assentamentos argentinos, os quais deixaram o território desprotegido. Posteriormente, em 1833 os ingleses invadem e ocupam ilegalmente a ilha, expulsando os colonizadores da Argentina e, em 1843, as ilhas foram oficialmente integradas à Grã-Bretanha (Hentz; Valério, 2013). Nesse período, o Brasil já manifestou seu apoio a soberania argentina, reconhecendo o direito deste país sobre a ilha (Ferreira; Fortes, 2020).

Em 1960, a Resolução 1514 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), visando a descolonização, requereu aos países que se respeitasse o princípio de autodeterminação dos povos, o que foi visto positivamente pela Argentina. Entretanto, a população que vivia nas ilhas Malvinas desejava continuar sob domínio britânico, elevando os custos do governo inglês em um momento de crise financeira (David, 1999; Duarte, 1986).

Sendo assim, a Grã-Bretanha considerava ceder parte das Malvinas a Argentina, visto que os custos de proteção eram muito altos para as Forças Armadas Britânicas, o que levava a muitas negociações (Walsh, 1997). Contudo, em janeiro de 1981, o Conselho Legislativo das Ilhas Malvinas concordou em manter negociações com a Argentina para alcançar um acordo que congelasse a disputa sobre a soberania por um período determinado (Walsh, 1997).

Todavia, a Argentina posicionou-se contrária a um congelamento da disputa e, em janeiro de 1982, informou ao Reino Unido que jamais abandonaria a sua reivindicação. Desta forma, Buenos Aires ainda propôs uma comissão para reuniões mensais, durante um ano, para negociar a questão das ilhas (ARGENTINA, 2019). Entretanto, o Reino Unido recusa-se e coloca-se disposto a continuar as negociações somente no próximo ano, o que desaponta os argentinos, fazendo-os programar uma invasão sem a espera de uma retaliação (David, 1999; Duarte, 1986; Sabato, 1999; Walsh, 1997).

Desta forma, em 1º de abril de 1982, a Argentina anunciou o encerramento da via diplomática como solução e, no dia 2 de abril do mesmo ano, invadiu e ocupou militarmente as ilhas. Assim, em entrevista no dia 3 de abril de 1982, o ditador argentino Leopoldo Fortunato Galtieri discutia o "direito histórico" da Argentina sobre as ilhas e ratificou a disposição da Nação em lutar a batalha. Nesta entrevista, é vista a necessidade de unir a opinião pública do país contra um inimigo externo, dando legitimidade ao governo que sofria pressões (GUERRA DE MALVINAS, 2017).

Em mesmo sentido, a guerra também foi utilizada visando recuperar a credibilidade no governo britânico. Assim, no dia 3 de abril de 1982, constitui-se uma Força Tarefa para recuperar as Ilhas Malvinas, o que mostra um erro de cálculo da Junta argentina em prever a reação britânica. Assim, pode-se dizer que o episódio das Malvinas foi precipitado pela agressão da Argentina, mas provocado pela negligência britânica (Walsh, 1997).

## **PERSPECTIVA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA**

De modo a melhor compreender o posicionamento do Brasil em relação à Guerra das Malvinas, torna-se fundamental analisar e entender como se deu a política externa brasileira para com os envolvidos no conflito, ou seja, a Argentina e o Reino Unido. Dessa forma, será analisada nesta seção o comportamento diplomático do Brasil no tocante aos países envolvidos na guerra, observando as relações antes e durante seu enfrentamento.

### **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ARGENTINA**

Historicamente, as relações entre o Brasil e a Argentina foram tumultuosas e erráticas, se alternando entre momentos de rivalidades, como na Guerra da Cisplatina (1825-1828) e com a recusa argentina de ratificar o Pacto ABC (1915), e momentos de cooperação, como o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1856, e o Tratado dos Limites (1898) (Granato, 2012). Assim, as relações entre os dois países se modificaram significativamente de acordo com os governos e cenários geopolíticos de cada período. Isto ocorria, em parte, pois ambos os países buscaram impor sua liderança e vontades sobre o resto da América Latina, se tornando, devido a isso, rivais em diversas ocasiões, com a construção do outro país como ameaça por ambas as partes (Neto, 2006).

Essa complicada relação entre os dois países começou a se modificar, de forma incipiente, rumo a uma maior cooperação a partir do final da década de 70, com a assinatura do Acordo Tripartite (1979), o qual finalizou os debates referentes ao uso da Bacia Hidrográfica do Rio da Prata, ou seja, as disputas referentes a construção da Bacia Itaipu e Corpus (Neto, 2006). Posteriormente, um marco para o aprofundamento das relações bilaterais foram os quatro encontros entre os presidentes dos países, em 1980 e 1982, além de diversas outras reuniões entre grupos e outros políticos, a fim de discutir questões regionais, estratégicas e de política internacional, além de diversas outras reuniões (BRASIL, 1980; BRASIL, 1982a), como destacado na própria Resenha de Política Exterior do Brasil, publicada em 1982:

A cooperação Brasil-Argentina continuou a desenrolar-se significativamente, valendo destacar as diversas trocas de opiniões entre representantes das duas nações, com vistas a implementação de acordos celebrados à época das visitas presidenciais de um e outro país no decurso de 1980, tais como os relativos a energia nuclear, a interligação de sistemas elétricos, a construção de uma ponte sobre o rio Iguazu, ao fornecimento de gás natural argentino ao Brasil, a facilitação do turismo e a transportes marítimos (BRASIL, 1982a: 21).

A partir disso, em 1980, fica claro que, antes do início da Guerra das Malvinas, o Brasil e a Argentina passavam por um momento de aproximação e cooperação, como destacou Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 1982 (BRASIL, 1982a: 93): “A amizade permanente entre o Brasil e a Argentina está acima de contingências passageiras (...) nossos dois países se complementam e enriquecem mutuamente” e o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Nicanor Costa Méndez, (BRASIL, 1982a: 97): “Tudo nos une. Nos une uma fé comum nos valores republicanos, nas virtudes do constitucionalismo e da democracia, na força e poder da sociedade aberta e pluralista” (tradução própria). Esta afinidade crescente, posteriormente, influenciará o posicionamento brasileiro frente ao conflito, levando à dita “neutralidade imperfeita”. Este termo foi desenvolvido por Walsh (1997) e posteriormente discutido em maior profundidade em 2007 por Vidigal (2007).

Logo após a eclosão da guerra, em 2 de abril de 1982, já houve uma indicação de certo apoio brasileiro à causa argentina, com a declaração de Saraiva Guerreiro em Nova York: “O Brasil sempre apoiou o direito argentino. O Brasil também sempre disse esperar que as partes resolvessem o problema por meios pacíficos.” (BRASIL, 1982b: 63). Posteriormente, o Presidente Figueiredo dirigiu mensagens à Margaret Thatcher e a Leopoldo Galtieri pedindo um fim pacífico para o conflito e oferecendo o auxílio brasileiro para atingir esse fim. Cabe destacar que, enquanto na mensagem para Thatcher o presidente apenas expressou seu desejo pela paz, na nota para Galtieri, Figueiredo também manifestou sua preocupação e compaixão pelo povo argentino:

Neste momento de graves riscos' à paz, dirijo, com emoção, meus pensamentos ao povo irmão da Argentina, ao qual a Nação brasileira se sente para sempre ligada pelos laços da mais profunda e indestrutível amizade (...) Recordando os grandes e históricos momentos da amizade brasileiro-argentina e os gratos instantes que vivi em seu país, em nome do povo brasileiro, desejo a todos os argentinos paz, concórdia e fraternidade (BRASIL, 1982b: 64).

Nesse contexto, enquanto o chanceler Saraiva Guerreiro solicitava a intervenção da ONU, com o cumprimento da Resolução 502 do Conselho de Segurança, a fim de alcançar um fim pacífico para o conflito, Figueiredo continuava enviando mensagens à Thatcher e Galtieri, sempre se mostrando mais amigável nas cartas ao presidente argentino. Ademais, como veremos posteriormente, o Brasil, de

forma secreta providenciou auxílio militar direto à Argentina, comprovando sua verdadeira visão em relação à que guerra, a qual de fato, não era uma neutralidade verdadeira, mas sim um apoio velado à causa argentina.

### **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O REINO UNIDO**

Com intuito de compreender a política externa brasileira para o Reino Unido durante o conflito anglo-argentino, antes, é preciso visualizar a relação entre as duas nações e o contexto político-econômico da época. A saber, o Brasil possuía relações significativas com a Europa, os empréstimos que financiaram o expressivo desenvolvimento econômico brasileiro, no período (décadas de 1960 e 1970), vieram de lá, principalmente do Reino Unido (RU) e da Alemanha. Além disso, a medida que as relações com os EUA esfriavam, o Brasil se voltava para o continente europeu atrás de parceiros, aumentando os laços econômicos e diplomáticos. Exemplos disso permeiam a aquisição de novos armamentos, além de parcerias para o desenvolvimento atômico brasileiro (Neto, 2006).

A relação bilateral Brasil-RU é visível pela análise da cooperação com os britânicos e permeava diversas áreas, tais quais a econômica, financeira, comercial, cultural, científica e tecnológica. Entre 1976 a 1979, os investimentos britânicos no Brasil cresceram a taxas médias de 30%, tornando o Reino Unido um dos cinco principais investidores do país. (Neto, 2006; BRASIL, 1980). Ademais, nos anos 1980, o Brasil se viu vulnerável, com a crise econômica mundial decorrente dos choques do petróleo (1973 e 1979), sobretudo, em relação ao fluxo de petróleo importado e a entrada de recursos externos pelo sistema financeiro internacional. Por isto, o presidente do Banco Mercantil de São Paulo, declarava que o Brasil deveria conservar uma “posição de estrita neutralidade”, pelo receio que os bancos londrinos se tornassem mais rígidos em relação à concessão de empréstimos ao país (Walsh, 1997).

Em relação à questão das Malvinas, a rejeição brasileira à ocupação britânica é histórica, como pode ser observado na declaração de Saraiva Guerreiro em Nova York: “Quando a Grã-Bretanha ocupou as ilhas, a Argentina protestou. Em 1833, nosso Ministro Plenipotenciário em Londres foi instruído a apoiar a gestão de protesto argentina” (BRASIL, 1982b: 63). Dessa forma, o conflito entre argentinos e britânicos pôs o Brasil em uma situação delicada, sobretudo, no que tange o ponto de vista diplomático, visto a importância de ambos os países para as relações exteriores brasileiras. Como explanado anteriormente, o Brasil recebia grandes investimentos britânicos, os quais eram muito relevantes para a economia do país e, em contrapartida, como observado no subtópico anterior, a

Argentina vinha se configurando como principal eixo bilateral da política externa brasileira para a região (Neto, 2006).

Assim, com o eclodir da guerra, o Brasil declarou sua neutralidade e, como analisado no subtópico anterior, enviou uma mensagem à Thatcher expressando seu desejo por uma conclusão pacífica para o conflito, a qual, se comparada à nota para Galtieri mostra um claro favorecimento do lado argentino:

Com profunda preocupação pelos graves riscos que pesam sobre a paz, renovo o veemente apelo feito pelo Brasil aos Governos do Reino Unido e da República Argentina no sentido de que se encontre, para a presente crise, solução de acordo com os interesses da paz e dos dois países (BRASIL, 1982b: 64).

Com isso, na prática, o país tendia para o apoio à Argentina, a partir da neutralidade imperfeita, porém, não podia demonstrá-lo abertamente devido a sua dependência com a Grã-Bretanha. Isto será analisado de forma mais aprofundada no tópico “Posição Brasileira na Guerra das Malvinas”, em que serão observadas as ações práticas tomadas pelo Brasil que mostram um maior rompimento da neutralidade e as quais causaram atritos entre o Brasil e o Reino Unido.

### **A QUESTÃO DA ANTÁRTICA**

A descoberta de riquezas na Antártica atraiu os olhos de diversos países, dentre eles o Brasil, que coloca o seu interesse publicamente desde 1882. Na época da guerra das Malvinas, estima-se que existiam reservas de petróleo calculadas em tomo de 50 bilhões de barris no continente gelado, o que revela muito sobre a posição brasileira frente ao conflito (Walsh, 1997).

Nesse sentido, para separação territorial da Antártica, coloca-se a divisão em setores defrontantes, isto é, pelos meridianos que passam pelos pontos extremos dos limites dos países do sul global, convergindo para o Polo Sul. Posto isso, as faixas territoriais antárticas da Argentina, do Reino Unido e do Brasil sobrepõem-se, sendo a do Brasil prejudicada, devido à superposição das faixas argentinas e britânicas (Simões, 2016; Walsh, 1997).

O arquipélago das Malvinas se encontra no Tratado da Antártida, que inibe a efetivação dos interesses estratégicos argentinos e britânicos sobre o Continente austral - estes tendo como base o domínio sobre o Arquipélago das Malvinas. Assim, em relação ao Brasil, o tratado coloca-o numa posição mais confortável ao evitar a possibilidade de um atrito diplomático com a Argentina e o Reino Unido (Moreira, 1982; Walsh, 1997).

As Ilhas Malvinas não coincidem com a faixa brasileira, o que implica a anulação das superposições de faixas territoriais antárticas argentinas com a brasileira, o que deixa compreensível a posição de apoio brasileiro calculado à Argentina. Além disso, por não considerar as ilhas Malvinas como pertencentes ao Reino Unido, o Brasil também teria sua faixa desimpedida em relação à faixa territorial antártica do Reino Unido. Assim, essa posição de neutralidade no conflito das Malvinas, mas reconhecendo a soberania argentina sobre as ilhas, mas não sobre o Arquipélago, garantiu a proteção dos interesses nacionais, efetivos e potenciais na Antártida (BRASIL, 2019a; Walsh, 1997).

### **POSIÇÃO BRASILEIRA NA GUERRA DAS MALVINAS**

No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o conflito da Ilha das Malvinas foi tratado tanto na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) quanto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O Brasil desde 1833, neste sentido, havia prestado apoio à Argentina no que tange a questão das Malvinas nos fóruns internacionais sendo reiterado esse apoio nos comunicados conjuntos Brasil-Argentina, a nível presidencial, assinados em 1980 e 1981 (BRASIL, 1982; Santos, 2018).

Após a invasão argentina em 2 de abril de 1982, o Brasil, apesar de apoiar o direito Argentino sobre o arquipélago, apresenta uma posição contrária à ação militar nas Malvinas, como evidenciado pelo discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro na ocasião:

Agora que a Argentina praticou uma ação direta para a ocupação desse território, a única coisa que podemos fazer é esperar que as relações não se deteriorem ainda mais entre as duas nações amigas (BRASIL, 1982b: 63).

A partir de então, o governo brasileiro passou a adotar uma postura pacifista, prezando pela negociação e resolução pacífica de controvérsias para tratar do assunto. Isso transpassa para suas sugestões feitas a elaboração da Resolução 502 do Conselho de Segurança do dia 2 de abril de 1982 — em que o Brasil estava presente como membro observado — que demandava a retirada imediata das tropas argentinas e resolução do conflito via negociação. No dia 3 de abril de 1982, apenas um dia após o começo do conflito, entretanto, as relações diplomáticas entre Argentina e Reino Unido foram cortadas. Desta forma, os assuntos governamentais do Reino Unido na Argentina passaram a ser tratadas via embaixada suíça, ao passo que, em Londres, a embaixada brasileira assumiu a responsabilidade de tratar dos negócios argentinos frente à Coroa Britânica (UNSCR, 1982; BRASIL, 1982; Walsh, 1997).



Prezando pela tradição brasileira de política externa, o Brasil adotava nos fóruns internacionais uma neutralidade, porém com uma posição mais favorável a Argentina. Isso se deve, pois, o governo brasileiro possuía projeções futuras quanto à política para América Latina, mas não podia desconsiderar a posição internacional representada pelo Reino Unido. Com uma dívida internacional de aproximadamente 80 bilhões de dólares, o Estado brasileiro precisava adotar medidas cautelosas para não prejudicar suas relações com os países centrais do sistema internacional, como abordado anteriormente (Neto, 2006). Isto colocava o Brasil em uma situação dividida: de um lado seus interesses de integração regional e projeção no continente — representados pelas relações com a Argentina — se contrapondo, de outro lado, aos seus interesses de desenvolvimento econômico e negociação da dívida externa — representados pela sua posição para com o Reino Unido (Walsh, 1997; Neto, 2006).

Assim, juntamente com outros países latino-americanos, como Peru e México, o Brasil passou a elaborar sugestões para resoluções que implicassem no fim das hostilidades entre Argentina e Reino Unido sem vencidos ou vencedores, bem como o fim das sanções impostas ao governo argentino pela Comunidade Econômica Europeia, reforçando o cumprimento da Resolução 502 do CSNU. Além disso, houve diversos esforços brasileiros para elaboração de contratos formais e informais junto às partes litigantes, assim como com governos terceiros que poderiam contribuir para o restabelecimento da paz. Sem sucesso das negociações, os Estados Unidos então anunciam seu apoio ao Reino Unido no dia 30 de abril de 1982, com os ataques britânicos ao Puerto Argentino/Port Stanley iniciando no dia seguinte contendo suporte de material bélico norte-americano (BRASIL, 1982b; Walsh, 1997).

A postura de neutralidade brasileira no conflito em prol da Argentina que, de início, se configurava com apoio diplomático e econômico, passou também a ser de apoio operacional. No âmbito econômico, o governo brasileiro da época ofereceu facilidades para escoar a produção agropecuária Argentina pelo porto de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS), devido às sanções impostas pelos Estados Unidos e pela Comunidade Econômica Europeia ao país, evidenciando seus interesses de integração para com os países vizinhos e romper com as rivalidades no Cone-Sul (Walsh, 1997; Santos, 2015).

No que tange ao apoio operacional, o Brasil realizou o fornecimento de equipamentos militares à Argentina sob a alegação de fazer parte do acordo assinado em 1978 por ambos os países que prevê a cooperação recíproca na área militar, não de um auxílio direto ao conflito. Nesse contexto, a Força Aérea Brasileira alugou o EMB-111 às Forças Aéreas Argentinas, de modo que a aeronave foi

camuflada a fim de fazer a patrulha aérea da região conflitante. Essa aeronave possuía grande importância estratégica para a Argentina, pois possuía radares de localização — tecnologia inexistente nas aeronaves argentinas— e preparado para a luta antissubmarino, sendo usada no Atlântico Sul para monitoramento de embarcações britânicas (Walsh, 1997; Roper; Parsons, 2012).

Embora condenasse nos fóruns internacionais o uso de recursos bélicos por parte da Argentina, o Estado brasileiro permitia a passagem de aviões com “carga letal” pelo território nacional, bem como o abastecimento das aeronaves argentinas. Devido ao posicionamento oficial de neutralidade, o governo brasileiro negou esta permissão na época, porém, posteriormente, documentos do Conselho de Segurança Nacional do Brasil relatam que o governo argentino constantemente solicitava ajuda ao Brasil no esforço de guerra (Duarte, 1986; Walsh, 1997).

Um episódio emblemático para as relações Brasil-Reino Unido que tangencia esta questão foi quanto ao bombardeiro Vulcan que, devido a problemas técnicos nas aeronaves, teve que pousar em solo brasileiro. As aeronaves britânicas pousaram escoltadas por caças brasileiros, o que causou um problema diplomático entre as nações, pois o mesmo não acontecia com as aeronaves argentinas. Esta situação colocou o Brasil em um impasse ao não demonstrar seu alinhamento esclarecido a um lado argentino, porém também não sendo conivente com um ataque ao seu vizinho. Desta forma, o Brasil viu-se diante de um impasse para com os britânicos — correndo risco de sofrer retaliação — uma vez que não sabia que atitude tomar quanto ao bombardeiro Vulcan sem prejudicar os argentinos (Roper; Parsons, 2012).

O Brasil inicialmente, então, proibiu que as aeronaves partissem do aeroporto Galeão, apreendendo o Vulcano e seu míssil Shrike, recusando a liberá-lo até o final da guerra. Isto fez com que Thatcher recorresse aos Estados Unidos que, preocupados com o vazamento da tecnologia militar do míssil antirradar Shrike — míssil este fornecido pelos norte-americanos ao Reino Unido antes do conflito — intervirão em prol da coroa, pressionando o Brasil para liberação. Uma semana após o ocorrido e 4 dias antes do final da guerra, o governo brasileiro permitiu a volta do Vulcano à Ilha de Assunção. Documentos da Embaixada Britânica, direcionados ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro, relatam que o Reino Unido demonstra o descontentamento britânico quanto às atitudes tomadas pelo governo brasileiro neste caso, bem como quanto ao fornecimento de material bélico brasileiro aos argentinos (Walsh, 1997; Roper; Parsons, 2012; Daily Express, 2015, BRASIL, 2019b).

Embora tenham ocorrido tais atritos — como a rejeição da solicitação para que a Armada de Guerra britânica pudesse usar os portos e aeroportos brasileiros e proibição até de sobrevoo do espaço aéreo brasileiro — a diplomacia brasileira agiu preocupada com o estremecimento e rompimento de relações com o Reino Unido. Como a coroa britânica era um dos principais parceiros comerciais, além de investidor e credor do Brasil, o país buscou sempre evitar que tais crises afetassem negativamente as boas relações com o país. Apesar disso, as relações Brasil-Reino Unido se deterioraram um pouco pós conflito, mas que viriam a ser retomadas com mais intensidade alguns anos depois (Walsh, 1997; BRASIL, 2019b).

## **CONCLUSÃO**

A partir do analisado, pode-se observar que, apesar de o Brasil ter adotado uma posição de neutralidade, esta foi não equidistante, sendo solidária às demandas argentinas. Esta estratégia ia ao encontro da política externa proposta pelo governo Figueiredo de manter boas relações bilaterais com os vizinhos, ademais de não romper com a fase de aproximação para com a Argentina (Visentini, 1998).

A declaração feita pelo Governo Brasileiro no dia 16 de junho de 1982, dois dias após o fim da Guerra das Malvinas, comprova esta ideia, tendo em vista sua expressão de solidariedade à Argentina, que é denominada como país-irmão na declaração. Com isso, o depoimento indicou seu apoio ao povo argentino e o desejo de que o país se visse encaminhado para a paz (BRASIL, 1982b).

Desta forma, fica evidente que, ao passo que o Brasil não queria prejudicar suas relações para com uma potência econômica que viria a ajudar seu desenvolvimento, as relações com o vizinho foram priorizadas. Assim, pode-se dizer que o Brasil adotou uma “neutralidade imperfeita”, ao colocar-se mais favorável ao lado argentino através de certo apoio diplomático, econômico e operacional-estratégico.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARGENTINA, Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto. 2019. Cuestión de las Islas Malvinas. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/politica-externor/cuestion-malvinas>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 1980. Em Brasília, o chanceler britânico, Lord Carrington. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 26, pp.67-72. Disponível em:

[http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB\\_26\\_jul\\_ago\\_set\\_1980.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_26_jul_ago_set_1980.pdf). Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_, Ministério das Relações Exteriores. 1982a. América Latina. Resenha de Política Exterior do Brasil n. 32, pp.21-24. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB\\_32\\_jan\\_fev\\_mar\\_1982.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_32_jan_fev_mar_1982.pdf). Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_, Ministério das Relações Exteriores. 1982b. América Latina. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 33, pp.63-70. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB\\_33\\_abr\\_mai\\_jun\\_1982.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_33_abr_mai_jun_1982.pdf). Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 2019a. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5662-reino-unido-da-gra-bretanha-e-irlanda-do-norte>. Acesso em: 16 nov. 2019.

\_\_\_\_\_, Ministério das Relações Exteriores. 2019b. República Argentina. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

DAILY EXPRESS. 2015. Margaret Thatcher's FURY at Brazil for refusing to hand back our bombers during Falklands. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/uk/621106/Margaret-Thatcher-Falklands-war-Brazil>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

DAVID, R. 1999. Argentina 1516-1987: Desde la colonización española hasta Alfonsín. M&C Books.

DUARTE, P. Q. 1986. O Conflito das Malvinas. Rio de Janeiro: Editora BIBLIEX.

FERREIRA, T. S. H.; FORTES, C. M. L. 2020. O Brasil e a Guerra Das Malvinas – uma análise do processo decisório brasileiro. Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 11, n. 54, pp. 123-140.

FLORES, M. C. 1982. “Malvinas: Uma Primeira Abordagem”. Revista Marítima Brasileira, v. 102, n. 4/6, pp. 59-70.

GRANATO, L. 2012. As relações bilaterais argentino-brasileiras no quadro da integração regional: de um quadro de rivalidade ao despertar de uma efetiva cooperação. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v. 1, n. 2, pp. 69-95.

GUERRA DE MALVINAS: Entrevista a Galtieri en la Casa Rosada, 1982. Revista el Canillita. Abril, 2017. Disponível em: <http://revistaelcanillita.com.ar/guerra-de-malvinas-entrevista-a-galtieri-en-la-casa-rosada-1982/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

HENTZ, L. A. S.; VALÉRIO, M. A. G. 2013. Islas Malvinas versus Falkland Islands: o arquipélago da discórdia, v. 50, n. 198, pp.187-207. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496960>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LAFER, C. 1982. “A Política Externa Brasileira e a Crise do Atlântico Sul”. Novos Estudos CEBRAP, v. 1, n. 4, pp. 15-20.

- MOREIRA, L. C. L. 1982. A Antártida Brasileira: Sonho ou Realidade. Rio de Janeiro: FEPLAN.
- NETO, T. E. 2006. A Política Externa Brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ROPER, M.; PARSONS, C. 2012. Revealed: How Brazil secretly supplied 'bombs, planes and ammunition' to Argentina during Falklands War. Daily Mail. Mail Online. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2133804/Brazil-helped-Argentina-Falklands-War-supplying-aeroplanes-bombs-ammunition-fight-British-forces.html>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- RYDJORD, J. 1961. "Falkland Islands: nationalism and names". Names, v. 9, n. 4, pp. 234-247. Informa UK Limited.
- SABATO, E. 1999. La dictadura, Testimonios y documentos. Buenos Aires, Argentina.
- SANTOS, R. M. R. 2018. A importância da guerra das Malvinas no pensamento estratégico das Forças Armadas Brasileiras e o redirecionamento da cooperação militar com a Argentina pós-1982. Neiba, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp.1-16.
- SIMÕES, S. L. 2016. A questão territorial Antártica: Uma análise das teorias de ocupação. Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada), v. 14, n. 1.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS (UNSCR). 1982. Resolution 502: Falkland Islands (Malvinas). Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/502>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- VIDIGAL, C. E. 2007. Relações Brasil e Argentina: a construção do entendimento (1962-1986). Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Brasília: Universidade de Brasília.
- VISENTINI, P. F. 1998. Política externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: UFRGS.
- WALSH, M. V. 1997. A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falklands (1982). Dissertação de Mestrado em História: Brasília: Universidade de Brasília.